

captura decolonial

VITOR OSÓRIO

Javier Ruiz Garcia (org). *Repensar el Anarquismo en America Latina: Historias, epistemes, luchas y otras formas de organización*. Olympia, WA, EUA, 115 Legion, 2019, 168 pp.

No México, a relação entre indígenas e anarquistas remonta ao início do século XX, quando as forças organizadas pelo anarquista Ricardo Flores Magón lutaram ao lado dos Yaqui e dos zapatistas contra a ditadura de Porfírio Diaz, no acontecimento que ficou conhecido como Revolução Mexicana.

Agitado pelo grito libertário da Comuna de Paris, e diante do governo ditatorial, Magón lançou, em 1900, seus primeiros ataques à tirania porfirista com seus textos no periódico *El Democrata*. No mesmo ano, junto com seu irmão Enrique Flores Magón, publicou o periódico libertário *Regeneración*. Seguindo esse movimento de emancipação social, os irmãos Magón assumiram a editoria do periódico satírico *El Hijo del Ahuizete*. Em fevereiro de 1903, colocaram uma faixa negra na fachada do prédio do periódico com os dizeres: “a constituição está morta”. Em junho, o governo ditatorial aprovou uma lei que proibia os irmãos Magón de publicarem jornais. Em 1905, Ricardo Flores Magón e outros companheiros libertários fundaram a Junta Organizadora do Partido Liberal Mexicano.

A organização do Partido Liberal Mexicano possibilitou que Ricardo Flores Magón, exilado nos EUA, fizes-

Vitor Osório é pesquisador do nu-sol e doutorando em Ciências Sociais. Contato: vitor.free@gmail.com

se um chamado ao proletário anarquista estadunidense e internacional para um levante que visava tomar a região da Baixa Califórnia e ali fundar uma sociedade livre: um espaço autônomo de caráter libertário. A esse chamado responderam os sindicalistas da *Industrial Workes of the World* (IWW), que se dirigiram para a região, além de libertários de vários cantos do planeta, confirmando o caráter internacional e solidário do anarquismo. No Brasil, o anarquista Neno Vasco e posteriormente seu amigo libertário Edgard Leuenroth ficaram responsáveis pela coleta e envio dos recursos financeiros aos revolucionários mexicanos. Os noventa e cinco dólares coletados foram enviados para a anarquista Emma Goldman, em Nova York, que os remeteu aos rebeldes mexicanos. Em carta, Emma Goldman agradeceu o envio do recurso, salientando que mais do que o valor, a solidariedade anarquista vinda do Brasil teria um significado imenso para os camaradas mexicanos na luta que travavam.

Como em todo movimento revolucionário popular, há sempre políticos oportunistas que procuram se beneficiar dos abalos e transformações causados pela revolução. Com a derrubada da ditadura de Porfirio Diaz, formou-se um governo provisório sob o comando do diplomata mexicano Francisco León de la Barra y Quijano, sucedido por Francisco I. Madero, um rico proprietário de terra, defensor da justiça social e da democracia que venceu as eleições presidenciais de 1911.

Em resposta aos efeitos políticos institucionais das insurreições anarquistas, o jornal *Regeneración* reproduziu o manifesto de Ricardo Flores Magón, “Aos proletários”, no qual ele afirmou que o sangue derramado não visava derrubar Diaz para pôr em seu lugar “outro bandido governante”.

Nesse mesmo manifesto, o lema liberal da revolução, “*reforma, libertad y justicia*”, foi substituído por “*tierra y libertad*”, adotado tempos depois por Emiliano Zapata e pelo aguerrido povo Yaqui, que havia resistido à colonização espanhola e lutava por autonomia na região norte mexicana.

Para além dos efeitos institucionais e da aproximação entre indígenas e anarquistas, a insurreição mexicana abriu as portas da região para libertários de outros cantos do planeta, como os anarquistas espanhóis que por lá aportaram ao final da Revolução Espanhola. Trotsky, fugindo de Paris durante a II Guerra Mundial, também chegou ao México por meio do anarquista português Cristiano de Carvalho, que o ajudou com uma passagem de navio para o país, mesmo diante da ditadura salazarista. Para lá também foi o escritor polonês Herman Albert Otto Maksiman, de pseudônimo Bruno Travan, que em 1969, faleceu entre indígenas ao norte do estado de Veracruz. O México se tornou um lugar propício ao desdobramento de uma cultura libertária.

Já no século XXI, no ano de 2006, após a repressão violenta a professores em greve, a cidade de Oaxaca, capital do estado mexicano de mesmo nome, foi tomada por anarquistas, indígenas e libertários de variadas vertentes que expulsaram a polícia e estabeleceram a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO). O livro *Repensar el Anarquismo en America Latina*, organizado pelo antropólogo Javier Ruiz Garcia, é um dos efeitos dessas experiências

Segundo Garcia, “a iniciativa que se apresenta agora é fruto de análises e discussões coletivas geradas entre distintxs companheirxs de tendência libertária em Oa-

xaca, México. São análises que surgem e se desenvolvem no calor das mobilizações e processos organizativos que, desde a insurreição do ano de 2006, continuam a encarar o Estado; partem da comunidade e do bairro como eixo organizacional e geram propostas e projetos de autonomia no caminho de luta e resistência nesta localização geográfica. Uma resposta, em forma de rachadura e ruptura à crise atual” (p. 15). O livro foi distribuído gratuitamente pela 115 Legion, uma editora sediada em Olympia, nos EUA, que é também uma gráfica e um espaço multiuso para eventos comunitários. “É um espaço que qualquer pessoa pode acessar, a despeito das barreiras financeiras, e cuja única diretriz é a proibição de eventos para partidos políticos, iniciativas de votação ou candidatos (...)” (116 Legion. <https://www.115legion.org/>).

Javier Ruiz Garcia é antropólogo de formação e doutorando em sociologia pela Benemérita Universidad Autónoma de Puebla no México. Os diversos textos do livro pretendem estabelecer conexões entre as formas de organização comunais de indígenas latino-americanos e práticas anarquistas. Com foco nas experiências de Oaxaca, no México, e de Cauca, na Colômbia, os artigos têm em comum a afirmação de uma “ética comunitária” entre os povos autóctones da América Latina, à qual recomenda-se que o anarquismo deve se associar. “Anarquismo comunal, comunalidades libertárias, pensamento libertário de raiz, andinização do anarquismo etc., são algumas das formas com que diferentes companheiras e companheiros têm direcionado seus esforços analíticos em diferentes latitudes do cone sul para repensar o ideal anarquista em seus locais de origem e, com isso, fortalecer a continuação da ofensiva antiautoritária” (p. 16).

Em “Comunalidad libertaria: una respuesta al escenario de la guerra actual”, escrito por García, aparece a proposição de uma “zona de tensão dialógica” em torno dos fundamentos da comunalidade, das práticas libertárias e da defesa do território enquanto característica do que ele chama de “guerra atual”. Ele conclama uma “discussão que nos leve a pensar o que estamos enfrentando e que transcenda os limites do pensamento anarquista convencional (...)” (p. 84), configurando uma especificidade do anarquismo latino-americano: “o anarquismo na América Latina se moldou às estruturas do pensamento comunitário indígena e camponês, não chegou como uma imposição para a mudança social, nem foi enquadrado no quadro da ideologia anarquista ocidental, mas sim adaptado ao contexto; e ali ganhou a força necessária para entrar na história nos processos autônomo, libertário, indígena, camponês e operário” (p. 90).

Em “descolonizar el anarquismo”, Daniel Montañez Pico propõe um pensamento acerca do anarquismo enquanto produto da dicotomia entre povos civilizados e incivilizados que constituiria a modernidade. Nesse sentido, Montañez diz que “o anarquismo é colonial. Colonial porque costumava compreender que existem uns povos mais avançados que outros (...). Se a modernidade é inerentemente patriarcal e colonial, o anarquismo, como produto moderno, não pode escapar facilmente desta tessitura” (p. 73-74). Ao mesmo tempo, estabelece que o anarquismo tem um potencial descolonizador e, portanto, é o produto moderno capaz de dialogar com as lutas dos povos indígenas.

Porém, para além da afirmação de Montañez em relação ao “potencial descolonizador”, o anarquismo tem

uma história de luta contra formas de governo colonial. Mais do que isso, pode se considerar a anarquista Louise Michel, a partir de sua experiência junto aos Kanak da Nova Caledônia, a precursora daquilo que ficou conhecido como luta anticolonial. Com esses indígenas que recusavam o colonialismo francês, Michel dividiu sua echarpe vermelha da Comuna de Paris. Mais do que isso, aprendeu seu idioma, recolheu seus contos e mitos, ensinou-lhes a escrita e valorizou a história oral dos Kanak. A história escrita ocidental produz a naturalização do Estado, contratos e leis enquanto as culturas baseadas na oralidade respondem a um vínculo imediato e solidário mais próximo dos anarquismos e de sua recusa à universalidade do Estado e da política.

Louise Michel lutou junto aos Kanak na revolta de 1878 contra os colonos franceses. Ensinou-os a cortar as linhas de comunicação telegráficas para assim impedir a comunicação entre os administradores colonos e estabeleceu um paralelo entre a luta Kanak e as lutas dos trabalhadores libertários que culminou no evento da Comuna de Paris.

A luta de Michel junto aos Kanak evidencia a preponderância anarquista na luta anticolonial em detrimento de outros movimentos no interior do socialismo. A singularidade anarquista está na recusa da universalidade das noções de política e de Estado, o que os aproxima dos povos considerados “selvagens” ou “incivilizados” tanto por liberais quanto por socialistas autoritários.

O texto “apuntes para el inicio/notas para la confrontacion”, de Sergio Reynaga, é composto por um agrupamento de notas sobre os conflitos ocorridos no departamen-

to de Cauca, região sudoeste da Colômbia, entre julho e agosto de 2016, opondo indígenas da comunidade Nasa e grandes produtores de cana-de-açúcar. Estes episódios fazem parte de um processo de coletivização da terra contra a monocultura de cana-de-açúcar de propriedade da agroindústria INCAUCA. Segundo o autor, a luta dessas comunidades, através da tomada e coletivização de terras, deve ser reconhecida e acompanhada de perto para assim, quem sabe, provocar uma “revolução epistemológica”.

O “horizonte libertário” teria um compromisso com a “memória dos vencidos” e, ao se somar com as comunidades, renunciaria “à glória de seus homens geniais e suas composições como baluartes ideológicos” (p. 52). O autor sugere a urgência de “estratégias de vinculação ética”, a partir do conhecimento das “dores dos outros e outras”, que produzam um “espaço comum entre os povos latino-americanos”, a partir das lutas contra a “desapropriação e o saque” característicos da história colonial e do funcionamento básico do capitalismo.

O livro pretende repercutir nos anarquismos e anarquistas da América Latina como região privilegiada para a produção de análises capazes de superar o eurocentrismo e etnocentrismo das ciências humanas, e propõe a aproximação do anarquismo com a teoria decolonial.

O que se entende como “estudos decoloniais” se refere a um conjunto de contribuições teóricas sobre a colonialidade que compreende tanto revisões historiográficas, quanto a recuperação de um pensamento crítico latino-americano. Alguns autores utilizam *descolonização* e outros *decolonialidade*. Ambas as formas têm o mesmo significado, mas alguns preferem suprimir o “s” no sentido de não se

tratar apenas de “desfazer” o colonial. Entre essas contribuições teóricas, destacam-se os estudos “pós-coloniais” oriundos de produções acadêmicas do chamado primeiro mundo, e que despertaram o interesse em análises periféricas. Portanto, pensar de maneira decolonial não significa abandonar o eurocentrismo da ciência. Além disso, esses estudos decoloniais dizem respeito a procedimentos conceituais que enfatizam a “estruturação do poder” por meio do colonialismo e na assimetria de poder entre Europa e suas colônias, desconsiderando assim as assimetrias que já se faziam presentes no interior das sociedades autóctones.

A teoria da decolonialidade pretende libertar a produção de conhecimento de uma episteme eurocêntrica. Contudo, seus efeitos também se expressam em práticas de governo *adequadas* à conformação epistemológica exigida contemporaneamente. Assim, a teoria embasa e beneficia a ampliação de direitos indígenas no âmbito da governamentalidade neoliberal, de acordo com as diretrizes internacionais em torno da valorização dos povos tradicionais e da preservação do meio ambiente, além de alicerçar a emergência de governos progressistas no início dos anos 2000 a partir de uma retórica antineoliberal. Dessa maneira, cabe colocar em questão se repensar o anarquismo a partir da perspectiva decolonial abre para novas possibilidades de liberdade, ou pacifica seu princípio antipolítico e antiautoritário.